

BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA DE FIGUEIREDO

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo nasceu em Santarém, a 26 de Setembro de 1795, e veio a falecer em Lisboa, a 6 de Janeiro de 1876. Era filho de Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, fidalgo da Casa Real e proprietário rico do Ribatejo, e de Francisca Xavier de Sá Mendonça Cabral da Cunha Godinho.

Iniciou a sua carreira militar em 4 de Abril de 1810, quando assentou praça como voluntário no Regimento de Cavalaria 11, sendo, logo depois, reconhecido cadete. Em 15 de Dezembro

do mesmo ano, foi despachado alferes para a Cavalaria n.º 10 e, em 6 de Junho de 1812, foi promovido a tenente indo para o Regimento de Cavalaria 4.

Depois do desfecho das guerras napoleónicas, em que combateu, regressou a Portugal e pediu de imediato uma licença para estudos, que lhe foi concedida em 15 de Outubro de 1815.

Matriculou-se na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho e frequentou os estudos matemáticos a partir de 1 de Maio de 1816.

Pronto para o serviço em 1817, decide dedicar-se à matemática, pelo que se matriculou na Universidade de Coimbra, em 1818.

Em 11 de Maio do ano seguinte, foi promovido a capitão de Cavalaria 4, partindo para Itália cerca de dois anos depois, para se juntar aos revolucionários napolitanos. Uma vez em França, ao tomar conhecimento do malogro dos liberais em Nápoles, obteve licença para ir estudar para Paris, onde frequentou o curso universitário de ciências naturais, permanecendo aí até 30 de Setembro de 1824.

De regresso a Portugal, é-lhe concedida licença para ir estudar em Londres, onde esteve entre 1 de Abril de 1825 e 31 de Março de 1826. Quando voltou ao seu País, foi nomeado assistente da divisão de operações do comando do ministro da Guerra, por Portaria de 12 de Outubro, e adido ao Estado-Maior do general visconde de Beire, governador das armas do Alentejo, em 27 de Novembro seguinte.

Promovido ao posto de major efectivo do Real Corpo de Engenheiros em 19 de Julho de 1827, viria a ser nomeado, em 1 de Junho de 1828, comandante dos engenheiros na divisão volante,

COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL



depois de se ter juntado às forças liberais que se levantaram, sem sucesso, contra ocupação do trono por D. Miguel. É então que sai do País, seguindo-se um périplo pela Galiza, Inglaterra, Madeira e Rio de Janeiro, até que chega aos Açores em 12 de Dezembro de 1829, onde foi nomeado ajudante-de-ordens do conde de Vila Flor, então governador e capitão-general do arquipélago. Em 4 de Abril de 1832, foi agraciado com o título de barão de Sá da Bandeira, quando já era ajudante-de-campo de D. Pedro, desde 16 de Março anterior.

Participando na expedição militar que rumou ao continente e desembarcou no Mindelo, foi nomeado governador militar do Porto, em 27 de Julho de 1832, cidade onde veio a perder o braço direito, numa das batalhas do cerco imposto pelas forças miguelistas. Pelo meio, fora promovido a tenente-coronel, por Decreto de 6 de Agosto do mesmo ano, em nome dos serviços prestados nos Açores. Ainda em 1832, no dia 10 de Novembro, foi-lhe confiada a pasta da Marinha e, interinamente, a do Reino, por Decreto de 18 desse mês, as quais exerceu até 29 de Maio de 1833.

Até ao fim da guerra civil, viria ainda a ascender ao posto de brigadeiro, passando pelo de coronel, além de ter sido nomeado governador de Peniche e de se ter encarregado, interinamente, do Governo Militar do Algarve.

Em reconhecimento dos serviços prestados durante o conflito, foi agraciado com o título de visconde de Sá da Bandeira, por Decreto de 1 de Dezembro de 1834.

A partir de então, integraria diversos executivos, o primeiro dos quais em 18 de Novembro de 1835, ficando a seu cargo a pasta da Marinha e, interinamente, a do Reino. Antes, em 1 de Setembro desse ano, havia sido elevado a par do Reino.

Foi de novo chamado ao poder em 10 de Setembro de 1836, para integrar o governo do conde de Linhares, sendo-lhe cometidas as pastas da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros – esta, interinamente. Cerca de dois meses depois, é a vez de ser nomeado presidente do Ministério e ministro dos Negócios Estrangeiros, por Decreto de 5 de Novembro, funções que seriam acrescidas da pasta da Guerra, por Decreto de 6 de Maio de 1837, e da pasta da Marinha, por Decreto de 27 de Maio de 1837. Torna-se, então, responsável pela abolição da escravatura nas colónias, pela reforma dos estudos universitários e pela organização de um novo plano para as escolas de instrução primária, antes de se demitir em 2 de Junho de 1837.

Em 10 de Agosto seguinte, foi chamado a presidir novo ministério, acumulando, interinamente, a pasta da Marinha, mas só assumirá efectivamente a chefia do Governo a partir de 14 de Outubro de 1837, por se encontrar, entretanto, no teatro de operações militares, a cercear o movimento oposicionista da “Revolta dos Marechais”. Depois de exercer as funções de comandante da 7.^a Divisão Militar e governador da praça de Elvas, é-lhe confiada a pasta da Guerra, em Fevereiro de 1842, na qual se demorará apenas dois dias. A partir de então, fará oposição aos ministérios cartistas e exercerá o cargo de comandante-geral da Guarda Nacional de Lisboa, até que é chamado de novo ao Executivo como ministro da Guerra, em Julho de 1846, de cujas funções viria a demitir-se em consequência do golpe palaciano de 6 de Outubro seguinte, facto que antecedeu a Patuleia.

Após a guerra civil, em que tomou o lado dos vencidos, foi amnistiado em Agosto de 1847 e, quatro anos depois, promovido a



COLEÇÃO MUSEU MILITAR

marechal-de-campo e nomeado director da Escola do Exército.

A partir de 1851, voltou a figurar na cena política e, como militante do Partido Histórico, integra o Ministério nomeado em 6 de Junho de 1856, ocupando os cargos de ministro da Marinha e, interinamente, das Obras Públicas, deixando esta pasta em 25 de Junho, para se encarregar, também a título interino, da pasta da Guerra, entre 23 de Janeiro e 8 de Setembro de 1857. Neste executivo, voltará a exercer o cargo de ministro da Guerra entre 16 de Setembro de 1858 e 16 de Março de 1859, altura em que também deixa de exercer a pasta da Marinha. Regressou ao poder em 3 de Dezembro de 1860, para sobraçar, novamente, a pasta da

Guerra, o que fez até 14 de Janeiro de 1864. Durante esse exercício, foi ainda presidente interino do Governo e ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 12 de Setembro de 1862 e 6 de Outubro de 1863.

Em 1864, foi elevado a marquês de Sá da Bandeira, por Decreto de 3 de Fevereiro, e promovido do posto de tenente-general, a que ascendera em 1857, ao de general-de-divisão. No ano seguinte, volta a integrar dois governos, ora como ministro da Guerra, em 5 de Março,

ora como presidente do Ministério, em 17 de Abril, onde se mantém apenas por cinco meses. É então que se afasta definitivamente do Partido Histórico, formando com os seus correligionários um novo partido, o Reformista.

Alheado, temporariamente, do palco governativo, é nomeado, por Decreto de 24 de Agosto de 1866, ajudante-de-campo do rei D. Luís e, por Decreto de 1 de Setembro do mesmo ano, presidente da Comissão encarregada de resolver o sistema de fortificações de Lisboa e do seu porto. Na sequência da Janeirinha, é chamado a presidir ao novo Ministério, em 22 de Julho de 1868. Não conseguindo impor as reformas que julgava necessárias, o seu governo caiu a 11 de Agosto de 1869, mas, no ano seguinte, depois de ter posto fim à ditadura militar de Saldanha, foi de novo convidado a presidir ao Executivo, que acabou por gerir em conjunto com a pasta da Guerra, entre 21 de Agosto e 29 de Outubro de 1870, retirando-se, nesta data, da vida política. Era moço fidalgo da Casa Real, conselheiro de Estado efectivo e ministro de Estado honorário, além de ter presidido ao Conselho Ultramarino. Sócio benemérito da Academia Real das Ciências e autor de diversos escritos, publicados em vários periódicos, foi também agraciado com numerosas condecorações, de que se destacam a Cruz das Quatro Campanhas da Guerra Peninsular, a medalha de D. Pedro e D. Maria das Campanhas da Liberdade e as grã-cruzes da Ordem de Cristo, de Isabel, a Católica (Espanha), de Leopoldo da Bélgica, do Salvador (Grécia), de Francisco José (Áustria), de São Gregório Magno (Roma), da Rosa (Brasil), de São Maurício e São Lázaro (Itália) e de Santa Rosa do Mérito Militar (Honduras). Era, ainda, grande-oficial da Legião de Honra de França e comendador da Ordem da Torre e Espada.

